

Evangélicos e poder na ca Latina



As eleições realizadas em 1990 para a Câmara Federal apresentaram, entre vários, um surpreendente resultado: a redução em cerca de 50% dos candidatos eleitos ligados a igrejas evangélicas, contrariando as expectativas e o fenômeno ocorrido nas eleições de 1986, quando foram eleitos 33 deputados que compuseram no Congresso Constituinte a chamada "Bancada Evangélica". Este episódio sou perplexidade. Confira no Contexto as reflexões sobre o porquê desta derrota dos evangélicos nas urnas.

05

| Índice | |
|-------------------------------|---|
| Coluna 1 | Coluna 2 |
| A paróquia da Barragem - 4 | Como falar do Evangelho - 10 e 11 |
| Notas | 80 Min |
| Dezembro do município - 4 | Por que não falar de amor - 10 e 11 |
| Análise | Arte e Teologia |
| Eleições e Igreja - 5 e 6 | Mi(s)to da Criação - 12 |

A presença do futuro

Editorial

CONTEXTO PASTORAL não nasce com este número. É fruto, sonho, filho, resultado de uma história comprometida de duas instituições. É, antes de tudo, a concretização de um sonho. É também depositário de uma grande esperança: fazer jornalismo evangélico e ecumênico.

No ano de 1983 o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (Cebep) iniciou a publicação de um jornal: **CONTEXTO**. No ano de 1982 o Programa de Assessoria à Pastoral (Pp) do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) iniciou a publicação de um Boletim: **ACONTECEU NO MUNDO EVANGÉLICO (AME)**. As duas publicações foram cumprindo, cada qual segundo seus objetivos, a tarefa de fazer jornalismo qualificado.

CONTEXTO perseguiu a trilha do formativo sem desprezar, contudo, o informativo. Abriu picada, inovou, lançou novas propostas, conquistou espaço no cenário protestante nacional, mormente entre as instituições paraeclesiais conservadoras e de tradição evangélica. Herdava influência, ainda incipiente, no plano nacional, de sua instituição patrocinadora, o Cebep, que se firmava na sua trajetória dentro do movimento evangélico como uma instituição de perfil teológico-pastoral, buscando a contextualização de trabalho do pastor e ampliando seus horizontes com os novos desafios impostos pelo momento. Nutria-se de uma relação institucional com o Centro Latino-Americano de Estudos Pastorais (Celep) e assumia seu compromisso com a teologia do nosso continente.

O **AME** privilegiava o informativo e nos dois últimos anos deu ênfase também ao formativo. Serviu-se da ampla e respeitada experiência do Cedi, quer no Brasil relacionando-se com outros Programas da instituição, como também no exterior, com o Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Privilegiou a tradição ecumênica, reforçou relações com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) e outras entidades ecumênicas de serviço.

O Cebep e o Cedi estreitaram laços e aproximaram-se através de vários projetos no campo da formação de pastores,

estudantes de teologia e lideranças leigas. Surgiu então a necessidade de privilegiar com mais atenção a Pastoral. Os objetivos comuns, conteúdos programáticos coincidentes, compromissos de serviço à Igreja brasileira e desejo de renovação da Pastoral convergiram nesta nova proposta de jornalismo ecumênico.

E nasce **CONTEXTO PASTORAL**, fruto da experiência acumulada por duas entidades comprometidas com os valores do Reino. É trabalho calçado nos princípios da Palavra de Deus, fonte primeira da Revelação, e nos empenhos por um cristianismo relevante para os dias atuais.

Aliado a toda a história institucional existe o encontro fraterno e efetivo de pessoas que constituem uma grande equipe. Gente desejosa de trabalhar, possivelmente limitada, e convicta de sua fé no Senhor da Igreja, Jesus Cristo. **CONTEXTO PASTORAL** também é isto. Sem pretensões hegemônicas, sem dogmatismos, sem respostas simplistas a todas as questões, sem receitas prontas com "dez passos para o sucesso", entendeu-se que fazer perguntas relevantes e buscar a vontade de Deus significa estar inserido no projeto histórico do mesmo Deus.

O que se quer, pois, é somar esforços, servir para recolher, registrar, decodificar e socializar a interdisciplinaridade na Pastoral. Na liberdade e possibilidade das várias faces deste jornal reside a dimensão ecumênica. Na arte de produzi-lo, o mútuo de quem escreve e de quem lê. Hão de ser páginas abertas à vitalidade e às propostas aparentemente contraditórias, reflexo deste mundo. Enfim um jornal-painel a serviço da Pastoral e dos cristãos pela paz e justiça. Nestas páginas se encontram brasileiros para também fazer história com esta tão enigmática, contraditória e fascinante Igreja Evangélica Brasileira.

Sendo assim Cedi e Cebep afirmam que sonhar sozinhos é apenas sonho. Quando se ousa compartilhar o sonho e juntos sonhar, ainda que acordados, experimenta-se então a presença do futuro.

Luiz Longuini Neto

Cartas

Nota da redação:

Aos nossos leitores:

Este espaço do "Contexto Pastoral" é reservado para vocês. Certamente ele servirá para intercâmbio de informações e experiências das mais diversas realidades relacionadas às igrejas e à pastoral. Além disso, é o espaço informal para que cheguem até nós sugestões e propostas para o nosso trabalho, opiniões e comentários sobre artigos, reportagens ou qualquer texto publicado no "Contexto Pastoral". Sua participação é imprescindível.

As cartas devem ser endereçadas para:

- Jornal "Contexto Pastoral"
CEDI
Rua Santo Amaro, 129 - Glória
22211 - Rio de Janeiro - RJ
- Jornal "Contexto Pastoral"
CEBEP
Rua Rosa de Gusmão, 543
13073 - Campinas - SP.



CONTEXTO PASTORAL é uma publicação bimestral do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI (Rua Santo Amaro, 129 - 22211 - Glória, Rio de Janeiro, RJ, tel: (021) 224-6713 e do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais - CEBEP (Rua Rosa de Gusmão, 543, 13073,

Campinas, SP, tel: (019) 41-1459).
Edição: Luiz Longuini Neto e Luiz Carlos Ramos
Redação: Magali N. Cunha e Carlos Cunha
Diagramação e Arte-final: Tânia Pires de Souza e Sandra Pires de Souza
Composição: Luiz Carlos Ramos

Conselho Editorial: Jose Bittencourt Filho
Rafael Soares de Oliveira
Geraldo Jacinto da Silva
Clóvis Pinheiro de Castro
Jornalista responsável: Paulo Roberto Salles Garcia (MTB-18.841)

Tiragem: 10 mil exemplares.

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal.



Foto: Departamento de Comunicação do CMI

Assembléia do CMI

"Vem, Espírito Santo, renova toda a criação"

A palavra Camberra (capital da Austrália) na linguagem do povo aborígene nativo, significa "lugar de encontro" na "terra do Espírito". E foi exatamente lá que realizou-se o que foi considerado um dos encontros ecumênicos de maior representatividade celebrado na era moderna. Camberra foi o cenário (de 7 a 20 de fevereiro) da VII Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas.

Novocentos e cinquenta delegados integrando um total de cerca de 3500 pessoas de mais de cem países do mundo participaram da VII Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas. Além das 316 igrejas-membro, estiveram presentes representantes de comunhões cristãs mundiais, entre as quais a Católica-Romana, órgãos ecumênicos mundiais, outras organizações internacionais e conselhos de igrejas e membros de outras confissões religiosas.

A Assembléia, realizada na cidade de Camberra na Austrália, trabalhou o tema central "Vem Espírito Santo, renova toda a criação" em grupos e nas sessões plenárias contemplando as questões sobre Unidade, Justiça, a Paz e a Integridade da Criação, solidariedade das igrejas com as mulheres e o discernimento das igrejas à voz do Espírito. Os subtemas fizeram referência a questões teológicas e sociais: "Doador da vida, mantém a tua criação"; "Espírito da Verdade, liberta-nos"; "Espírito da Unidade, reconcilia teu povo" e "Espírito Santo, transforma-nos e santifica-nos".

UM CORPO QUE CRESCE E SE SOLIDARIZA...

Seis denominações foram recebidas como membros do Conselho Mundial de Igrejas na sessão plenária de abertura da VII Assembléia: Igreja Episcopal das Filipinas, Missão Pentecostal Livre do Chile, Missão Reformada da Holanda, da África do Sul, Igreja Evangélica Luterana da Bo- livia, Associação Batista de El Salvador e Sinodo Luterano Salvadoreno. As igrejas-membro do CMI, que somavam até a Assembléia 310 denominações, formam um total agora de 316.

A primeira declaração do Comitê Central do CMI referiu-se à guerra do Golfo Pérsico, fazendo um chamado urgente às partes envolvidas no conflito para que cessassem de imediato as hostilidades. A Assembléia aprovou em sessão plenária um documento pronunciando-se oficialmente sobre o conflito.

"MANTÉM A TUA CRIAÇÃO"...

Durante os sete últimos anos, desde a VI Assembléia, de Vancouver, o CMI tem trabalhado com intensidade em defesa da vida e portanto do cuidado com a criação. Esta mesma política continuará no próximo período, com a aprovação da continuidade do Programa Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC).

O documento final indica a realização de programas sobre meio-ambiente, que incluem análises sobre a criação, a economia e o desenvolvimento e a estabelecer planos de ação em nível regional e mundial.

O CMI apoiará e participará como Organização Não Governamental da Conferência sobre Meio Ambiente que se realizará em 1992 no Brasil (RJ).

"ESPÍRITO DA VERDADE, LIBERTA-NOS"

A dívida externa dos países do Terceiro Mundo - sua ilegitimidade e opressão - foi um dos temas abordados pela Assembléia. Os delegados decidiram apoiar uma ação efetiva do CMI nos fóruns internacionais em relação a esta questão.

Sobre os 500 anos de descobrimento europeu da América Latina, as igrejas-membro foram conclamadas a utilizar o aniversário em 1992 para revelar ao mundo a opressão que sofrem os povos indígenas e mestiços e a rechaçar as celebrações relacionadas a esta comemoração.

Os delegados reafirmaram a política do CMI em seu Programa de Combate ao Racismo, que inclui agora uma preocupação social com os povos indígenas.

A ASSEMBLÉIA ELEGE

Em suas últimas sessões plenárias a VII Assembléia elegeu os 158 membros que integram o Comitê Central, órgão que rege a vida do CMI entre Assembléias e os sete presidentes que representarão a entidade nos próximos sete anos.

Para o Comitê Central foram eleitos seis representantes da América Latina, dentre eles dois brasileiros: o bispo Paulo Ayres Mattos, da Igreja Metodista e Evanilza Correia, da Igreja Anglicana.

"TRANSFORMA-NOS E SANTIFICA-NOS"...

No encerramento da VII Assembléia as igrejas-membro foram exortadas a superar divisões e trabalhar pela unidade visível e a reconciliação do povo de Deus.

"Hoje em dia continuam existindo muitas divisões. Algumas são econômicas e políticas. As relações truídas e as injustiças recaem sobre grande quantidade de mulheres, crianças, jovens e pessoas com capacidades distintas. O Espírito Santo encaminha as igrejas a uma relação de amor e compromisso. O Espírito exorta as igrejas a se comprometerem a alcançar uma unidade visível e uma missão mais eficaz".

IMPRESSIONES DA ASSEMBLÉIA DE CAMBERRA

"Pela primeira vez, depois de mais de quatro décadas de existência, o Conselho Mundial de Igrejas realiza uma assembléia tendo como tema central o Espírito Santo. Sinal dos tempos? Sim, e um bom sinal! Por que não ousar dizer, mais um sinal da ação energética do Espírito no interior de nossa história?"



pírito da vida porque só ele relativiza nossas "verdades" institucionais e nos possibilita a disciplina do "ser para os demais", única condição para a unidade de todos... "porque onde está o Espírito aí está a liberdade" (2 Co 3.17).

Zwinglio Mota Dias, Pastor da Igreja Presbiteriana na União, secretário geral do CEDI e membro de uma Comissão do Conselho Mundial de Igrejas.

"O movimento ecumênico sempre foi muito sensível aos sinais dos tempos. Nunca se restringiu a uma agenda eclesial, sem negar, entretanto, a importância fundamental das questões das igrejas. A Assembléia de Camberra se reúne quando grandes mudanças se estão dando no mundo, criando uma nova configuração política. Os regimes políticos clássicos estão colocados em questão por não serem capazes de atender às necessidades básicas da maioria da população do mundo. Se é verdade que há uma crise no socialismo, também é certo que para os países pobres do Terceiro Mundo, dentro de um regime neoliberal, as condições de pobreza aumentaram dramaticamente.



Neste quadro de crise generalizada refletir sobre a ação do Espírito Santo numa perspectiva ecumênica constitui-se numa necessidade imperiosa. Tanto na tradição protestante quanto na ortodoxa, a figura do Espírito é central para a compreensão da vida e do papel histórico das igrejas. Com efeito, o ecumenismo só se torna possível com a mudança do eixo de interesses das igrejas. Ou seja, quando estas deixam de se preocupar com a justificação de suas estruturas institucionais e do conjunto de interesses a elas agregados e se voltam para Deus. Somente a *dynamis* de Deus na história, a sua missão no interior da Criação, é que permite a transformação, a mudança, a *metanoia* das Igrejas, para irem ao encontro das reais necessidades dos homens e mulheres do planeta, em sua busca do reino sonhado da liberdade e da justiça. O ecumenismo em sua perspectiva mais abrangente e profunda implica numa submissão ao Es-

Deve-se notar, também, que as religiões não cristãs e outras formas religiosas têm alcançado maior expressão nos últimos anos. A crise do Golfo Pérsico é um processo mais complexo do que a luta pelo monopólio do petróleo. É um momento tão dramático que se reúne o movimento ecumênico, sob o tema do Espírito Santo. As igrejas reafirmaram os princípios do ecumenismo - uma luta constante pela dignidade da vida, um compromisso com a justiça e paz, dentro da mensagem do Reino de Deus. As Assembléias do Conselho Mundial de Igrejas sempre foram momentos fortes do ecumenismo, e Camberra precisa significar uma nova etapa deste movimento que é um dos fatos mais significativos do nosso século.

Jether Pereira Ramalho, sociólogo, editor da Revista Tempo e Presença do CEDI.

As eleições realizadas a 3 de outubro para a Câmara Federal, apresentaram entre vários, um surpreendente resultado: a redução em cerca de 50% dos candidatos eleitos ligados a igrejas evangélicas, contrariando as expectativas e o fenômeno ocorrido nas eleições de 1986, quando foram eleitos 33 deputados que compuseram no Congresso Constituinte a chamada "Bancada Evangélica". Este episódio causou perplexidade e o desafio de uma reflexão que leve ao porquê desta derrota dos evangélicos nas urnas.

Irmão desconfia de irmão

Dos 30 deputados federais que se candidataram à Câmara, apenas 12 foram vitoriosos; 18 foram reprovados. Sete candidatos evangélicos (primeiro mandato) alcançaram votação suficiente, quando a expectativa de lideranças de igrejas e dos atuais deputados era de dobrar a bancada.

Parece inegável que a atuação extremamente negativa da maioria dos deputados evangélicos na Constituinte deixou marcas. A sociedade brasileira acompanhou os escândalos das concessões de rádio e TV em troca de votos favoráveis ao governo federal e à rearticulação da Confederação Evangélica do Brasil com verbas públicas. Estes fatos causaram indignação nas igrejas evangélicas - em especial as históricas - que reagiram prontamente. Começava a cair por terra o princípio de que "irmão vota em irmão". Em 3 de outubro, comprovou-se que os evangélicos, especialmente os históricos, estavam transformando sua postura, devido ao "mau testemunho" de seus "representantes" na Câmara Federal. A reação foi tão eficaz que fez com que alguns "progressistas" também sobrassem. Foi o caso de Lysâneas Maciel no Rio de Janeiro, Celso Dourado na Bahia e Lezio Sathler no Espírito Santo, dentre outros.

Estas eleições revelaram também o voto regional e corporativo como grande força. Os candidatos investiram mais nas campanhas em seus "redutos" e os eleitores procuraram votar em candidatos confiáveis, buscando-os em suas regiões. Os evangélicos que não se conseguiram reeleger, não possuíam núcleo regional, vinculação ou base própria, dependiam exclusivamente da força de seus partidos e/ou articulações nacionais.

Força divina para eleger

Por outro lado, um segmento dos evangélicos saiu vitorioso nestas eleições: a Igreja Universal do Reino de Deus. Investindo fortemente numa campanha junto ao eleitorado do estado do Rio de Janeiro, onde está a sede da igreja, sua liderança conseguiu ampliar a representação na Câmara: no atual mandato havia apenas um deputado e foram eleitos para o próximo, quatro novos deputados. Este poder de voto pode ser explicado pela campanha contrária à Igreja Universal do Reino de Deus, que vem sendo desenvolvida especialmente pelos meios de comunicação. Seus adeptos foram convocados a reagir às acusações, com uma demonstração de força e de confiança em sua liderança: o voto. Num culto realizado na praia de Copaca-

ba antes das eleições, o bispo Edir Macedo, líder da igreja, afirmou que, tendo em vista a "perseguição desencadeada", os fiéis não poderiam ficar de braços cruzados: "Vamos lutar com a força divina para levar pessoas da igreja à política". A "bancada" da Igreja Universal adquiriu um café político semelhante ao de dois partidos estabelecidos há mais tempo no cenário eleitoral do Rio de Janeiro - o PL de Alvaro Valle e o PDS de Amaral Neto.

O poder é dos evangélicos

Estas questões ligadas ao envolvimento dos evangélicos com a política encontram suporte no vertiginoso crescimento da religiosidade evangélica, caso que não é só brasileiro, mas alcança níveis continentais. Os anos de 1980 revelaram impressionantes transformações no protestantismo brasileiro e latino-americano. Enquanto as igrejas históricas mergulharam numa profunda crise, buscando soluções para sua estagnação, um fenômeno causou alarme: o forte crescimento dos grupos pentecostais autônomos ou carismáticos avivalistas.

Um exemplo marcante é o caso das eleições presidenciais realizadas este ano no Peru. O engenheiro católico Alberto Fujimori foi vitorioso graças ao apoio das igrejas evangélicas, que encontraram no candidato um aliado. Os evangélicos conquistaram a segunda vice-presidência da República, com o pastor batista Carlos Garcia e a maior representação evangélica jamais vista no Parlamento com 14 deputados e 4 senadores. No entanto, de forma surpreendente, após as eleições, a aliança se transformou em guerra. Fujimori passou a desprezar os evangélicos, dando força ao seu primeiro-ministro, o neoliberal Juan Carlos Miller, ignorando a existência de Carlos Garcia e aliando-se ao Exército e à ala conservadora da Igreja Católica. O presidente sequer fala dos evangélicos a não ser para colocá-los frente à opinião pública peruana como grande ameaça à sua fé e à Igreja Católica, que sofre riscos "de ser liquidada". As igrejas evangélicas do Peru foram nitidamente utilizadas no período pré-eleitoral, como força motora da campanha pró-Fujimori e no período subsequente à posse descartadas como inimigas do povo peruano, ameaçadoras do poder político e religioso.

Utilizadas ontem, descartadas hoje, o que se torna relevante é a posição conquistada pelas igrejas evangélicas na América Latina dos anos de 1990. Sua atuação política não é desproporcional à presença das várias denominações no Continente. As igrejas ligadas às correntes carismáticas avivalistas e pentecostais representam cer-

ca de 80% do protestantismo latino-americano, cujo número de adeptos cresceu de 4 milhões para 40 milhões nos últimos 30 anos.

Chamam atenção os casos das igrejas na Guatemala, Colômbia e Bolívia. Uma pesquisa realizada por lideranças evangélicas demonstrou que oito das maiores denominações pentecostais guatemaltecas estavam crescendo 14,7% ano a ano e um grupo não-pentecostal, 18,7%. Observou-se que com tal taxa de crescimento, os evangélicos poderiam constituir 50% da população total do país. Outra pesquisa realizada pelo episcopado católico colombiano, revelou a presença de grupos avivalistas em 76,8% das comunidades na Colômbia, sendo pelo menos dois milhões de colombianos (7% da população) membros de alguma denominação. Em pesquisa realizada pelo Secretariado Nacional para Ecumenismo da Bolívia, constatou-se a existência de 390 grupos avivalistas bolivianos.

Pensando o presente e o futuro

Os anos de 1990 apontam para uma alteração profunda nas expressões religiosas latino-americanas, passando pelo fortalecimento dos grupos pentecostais e por uma revisão da catequese e práticas pastorais católicas. Por trás de todos os projetos e ênfases estão diferentes compreensões da tarefa evangelizadora da Igreja, que se utilizam de diversos meios de atuação, seja na política partidária, na organização de comunidades ou em práticas sociais. Entre os

Estes dados têm alarmado as igrejas protestantes históricas e a Igreja Católica, tendo, no entanto, servido de estímulo para maior ofensiva dos grupos pentecostais autônomos e carismáticos avivalistas. Uma das mais sofisticadas estratégias foi a criação do projeto "Amanhecer: estratégias evangélicas para a conquista missionária da América Latina", por lideranças das denominações evangélicas mais ofensivas. O programa será uma resposta evangélica aos projetos "Evangelização 2000" e "Lumen 2000" da Igreja Católica, que prevêem uma neocristianização do Continente. Como objetivo, o "Amanhecer" coloca: "mobilizar o Corpo de Cristo em todos os países segundo um esforço pré-estabelecido, para fundar uma congregação evangélica em todas as cidades ou bairros". Os líderes do projeto se baseiam nas variadas pesquisas que demonstram o fenômeno evangélico na América Latina e traçam planos minuciosos para um avanço ainda mais significativo.

desafios lançados está o de se aprofundar uma reflexão que busque compreender esta conjuntura e possibilite novos caminhos para o protestantismo latino-americano. ●

Magali do Nascimento Cunha é jornalista e integrante do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI (Texto produzido a partir de reflexões desenvolvidas pelo Programa avaliando as eleições-90 no Brasil).

XI Semana de Atualização Teológica

com
Carlos Mesters e Milton Schwantes

24 a 28 de julho em Campinas, SP

Garanta sua participação ligando para (0192) 41-1459.
Vagas limitadas. Reserve já a sua.

Uma promoção CEBEP/CEDI

Urnas: às vezes funerárias

Robinson Cavalcanti



Robinson Cavalcanti

Eleições são importantes, como ritual rotineiro da democracia formal e como manifestação da vontade popular. Não significam ela, porém, em si mesmas, uma garantia do aprofundamento e do aperfeiçoamento desse processo. Não podemos menosprezar ou minimizar os vícios e deformações de nossa cultura política, secularmente marcada pelo autoritarismo, pelo clientelismo, pela violência e pelo abuso do poder econômico, incluindo-se a fraude.

O perfil do nosso eleitorado é acentuadamente assimétrico em termos de consciência política, organização, instrução formal, vinculação a partidos e movimentos sociais, e interesses de classe. Há uma convergência eleitoral - mediada pela dependência ideológica e econômica - entre as elites e as massas lupen, em contraste com uma maior independência e pluralismo das camadas médias e setores populares organizados. A tendência conservadora ou progressista também passa pelo rural e pelo urbano, pelo isolamento ou pelo cosmopolitismo.

Enquanto alguns proclamavam a morte do populismo, a ditadura militar - com a proletarianização do campo, as novas migrações e o empobrecimento coletivo - criava a massa de eleitores "miseráveis conservadores" votando contra os seus interesses,

encantada com os princípios providenciais, garantindo o ideal do general Golbery, de uma transição "lenta, gradual e segura".

Essa democracia formal sob a hegemonia do capital monopolista nacional e internacional (e discreta tutela militar) tem demonstrado ser bastante segura, sem ameaçar os interesses e privilégios das elites.

É dramática a diferença de ânimo, crença e vontade entre os dois últimos momentos eleitorais: 89 e 90. Acrescenta-se a isso o papel desestabilizador da mídia eletrônica, expressão brutalmente impactante e manipuladora da nossa conservadíssima imprensa. Daí o nosso regime atual ter sido denominado de "bonapartismo eletrônico".

As eleições presidenciais do ano passado, a duras penas, foram capazes de despertar o nosso povo de sua recente "ressaca cívica": fracasso das "diretas já", morte de Tancredo, fiasco do "Plano Cruzado", decepção com a "safrá" dos governadores do PMDB e com o neofranciscanismo ("é dando que se recebe") do nosso poeta-presidente. Tanta luta e tanto esforço para tão poucos resultados.

A direita já apregoava o "eu era feliz e não sabia" em relação à velha ditadura, além de tentar colocar os defensores dos direitos humanos no banco dos réus por pretensa cobertura ao banditismo.

O "Centrão" tentou frear a Constituição, que saiu melhor do que o esperado, embora virasse letra morta quando não regulamentada, o que apenas contribuiu para agudizar a frustração dos "descamisados" e dos de poucas camisas.

Tantas eleições... tantas leis... tantas liberdades... tanta pancada sempre vazia...

O primeiro turno permitiu um lento e gradual "reaquecimento cívico", mas foi apenas o segundo turno que levou à empolgação e ao reacender de esperanças em

torno dos candidatos que aparentavam o novo, o diferente, o melhor.

As eleições de 1990 estiveram intimamente relacionadas com o que decorreu das eleições de 89: uma recaída de frustração, uma nova - e imensa - "ressaca cívica": quase metade da população frustrada porque perdeu, quando quase chegava lá; a outra metade da população frustrada porque ganhou (mas "não era bem isso que eu queria"....).

A abstenção, o voto branco, o voto nulo, são sinais evidentes da descrença coletiva. "Por que votar, se tudo vai continuar na mesma, ou até piorar?".

As puerias e a retórica do nosso atleta-presidente já não convencem. As oposições divididas e desorientadas (até mesmo pela conjuntura internacional) passam um atestado de incompetência e reduzem o seu cociente de credibilidade pela não apresentação de políticas alternativas viáveis e convincentes.

Os velhos "currais" rurais e de periferia amplamente movidos pelo "vil metal" reforçam a bancada de direita do novo Congresso (que já nasce débil em legitimidade) e levam-nos a temer pelos rumos da futura revisão constitucional. O centro encolheu-se, pois, pássaros de longo bico ou não, não dá para ficar em cima do muro, quando os esses estão caindo por aí fora. Faltam muros. Os partidos de esquerda tiveram uma expansão em números relativos, mas muito aquém do que se adequadamente canalizado o capital eleitoral do espetáculo cívico do "Lulalá".

Tempos difíceis, sem dúvida.

Enquanto isso, a "bancada evangélica" minguou. Nem todos os irmãos votaram. Nem todos os irmãos votaram em irmãos. Nem todos os irmãos foram votados por irmãos. Parece que os "currais eclesiais" estão com os cercados danificados. Não há ameaça à liberdade religiosa, não há tantas emissoras a serem distribuídas, telhas e tijolos também são doados pelos

candidatos "do mundo" (pois o Senhor não usa as "coisas loucas"?). A decepção com a performance de alguns dos nossos irmãos pesou na hora da escolha. Uma pena que justos pagaram por pecadores: enquanto a direita evangélica foi drasticamente reduzida em seus parlamentares, a já raquítica esquerda dos crentes quase que sumiu. Dizemos "quase", porque felizmente foi eleita ou reeleita (mesmo no plano estadual) gente muito boa.

Cremos, porém, que há um recado também dos eleitores evangélicos: quem quiser ser eleito, além de cantar no coral e ser dizimista, tem que ter uma biografia política, tem que ter militância. Pode ser o acaso do ciclo dos "candidatos oficiais" ou oficiais e dos "políticos evangélicos", e o início (o que seria um avanço e um amadurecimento) do ciclo dos evangélicos políticos.

Em 91 não há eleição. É momento propício para orações, meditações, penitências e exorcismos; para balanços, avaliações e planejamentos. Momento de resistência e de inserção nos partidos e movimentos sociais, para que outras eleições possam vir a acontecer, e diferentes. Além da revisão constitucional, aí vem o plebiscito sobre forma e sistema de governo.

Até a próxima eleição teremos, também, dois intervalos lúdicos (Natal-Carnaval) fundamentais para o equilíbrio emocional dos animais políticos (regenerados ou não), pois, afinal de contas, ninguém é de ferro, e o prazer da política passa pela política do prazer.

A atmosfera fúnebre das últimas urnas poderá ser substituída pelos ritmos dos templos e das avenidas que nos animam à antevisão do brilho das estrelas.

Pois, afinal, "enquanto há vida, há esperança".

Robinson Cavalcanti é pastor da Igreja Episcopal do Brasil, Mestre em Ciências Políticas.

O público fora de moda:

Reflexões sobre as eleições 90

Joanildo Burity

Esperar contra toda esperança. Conselho difícil, como difícil é ser otimista ou mesmo pessimista numa conjuntura como a que vivemos. Talvez, segundo os humores da própria dinâmica econômica e social, a melhor saída até bem pouco para esperar tenha sido a do silêncio e da inércia. Mas, como os sujeitos sociais são bem mais racionais do que se pensa normalmente, já percebemos, materializada na proposta de negociação direta entre empresários e trabalhadores, contra toda má vontade do governo, a resistência que se ensaia.

Não há como separar a análise das eleições deste ano da postura cada vez mais difícil de se sustentar de um governo que põe os fins acima de todos os meios, tal qual nossos fundamentalistas (evangélicos e liberacionistas) que vivem continuamente num tempo escatológico e

messiânico, no qual os acidentes da História são nada em comparação com a "glória" que nos reservaria o futuro. Pois é claro que há uma afiada discrepância entre o projeto neoliberal encastelado no Planalto, e a política cotidiana que se respira no País. Por isso, as eleições têm que ser analisadas no contexto de um balanço, ainda que breve, do atual governo.

Vivemos uma curiosa (e preocupante) situação em que um projeto político messiânico e despótico desde o berço se isola cada vez mais da sociedade na sua pretensão de nos jogar nos braços da modernidade. Como essa prática continua sendo a que esperam de um presidente da República boa parte dos evangélicos, acostumados a pensar a política como uma contínua reatualização do modelo "bíblico" da monarquia davídica de direito divino, parece (continua na página 7)

não haver muitas preocupações entre eles com a dureza injustificada do sacrifício que vem sendo imposto à maioria da população, atingindo, neste particular, indistintamente a empresários e trabalhadores. Longamente acostumados à linguagem do sacrifício, da aceitação resignada do sofrimento como forma de aperfeiçoamento moral e espiritual, muitos evangélicos continuam, assim, a justificar sua anuência a essa forma de política que assola o País. Hora, talvez, de perguntar que sentido tem, para estes, a democracia que a duras penas se tem tentado aprofundar (mesmo por fora dos espaços tradicionais da política, muitas vezes).

Para nos levar à modernidade o governo se auto-apresenta como o depositário da única verdade: o Caminho. Só ele conhece o Caminho para a modernidade e só ele é, enfim, moderno. Mesmo que tenha que atropelar tudo o que a modernidade construiu em termos de instituições e procedimentos políticos enfiados sob o rótulo de Democracia. Mesmo que tenha que desacreditar os verdadeiros setores da sociedade que surgiram ao longo da modernidade que, apesar de todos os seus limites, já temos, como sejam o segmento progressista do empresariado liberal, o segmento combativo do movimento sindical (a CUT à frente) e os chamados novos movimentos sociais (incluindo aí os movimentos de reforma da Igreja, católicos e protestantes). Mesmo que tenha que se cercar do que é efetiva-

mente mais arcaico (o PDS, o grosso do PFL, o PTB, o grosso do PMDB) para garantir uma base de sustentação política no Congresso. Mesmo que tenha que forçar a barra contra a Constituição, sob o pretexto de que estamos às voltas, nada mais, nada menos, com a "salvação nacional". Mesmo que tenha, finalmente, que impor uma camisa-de-força ao pacto ora em vias de não se efetivar, o que nos leva a desconfiar de que só quer entendimento em torno de suas propostas, o que é uma demonstração evidente de autoritarismo.

O que nos legam as eleições deste ano ?

O que nos legam as eleições deste ano em meio a este quadro?

Em primeiro lugar, um vazio de representação. A abstenção desproporcional das eleições parlamentares no primeiro turno atestam obsolescência - perigosíssima para o futuro da democracia brasileira - das casas legislativas. Por incapacidade estrutural e, às vezes, pessoal mesmo, de responder à altura e em tempo hábil às demandas de regulamentação das constituições federal e estaduais; de refletir as aspirações de eficiência parlamentar em amplos segmentos da sociedade; de ajustar seus procedimentos internos de nego-

ciação, discussão e tomada de decisões às exigências de uma nova ordem política democrática (isto é, o Congresso e as Assembleias Legislativas ainda estão entalhados de autoritarismo interno e se movem sobre uma concepção parlamentar igual a um despachante de luxo das chamadas - e nem sempre conhecidas - "bases eleitorais").

Em segundo lugar, a apatia do eleitorado pelo processo político, embora as eleições executivas tenham mantido níveis muito aceitáveis de participação eleitoral, principalmente no segundo turno, quando ficou clara a opção por candidatos em geral identificados, mais ou menos, com a oposição. Tal apatia é visível, embora contenha um ingrediente de insatisfação igualmente claro, e somente agrava a tendência do nosso liberalismo real ao reinado da tecnocracia (com esse punhado de economistas visionários, certos de estar montados nos cavalos do Apocalipse, a julgar os vivos e os mortos). Apatia que igualmente assiste, impávida, à desmontagem do patrimônio público, em nome de dúvidas sintonia com a modernidade e que será, muito breve, responsável, a continuarem as coisas como estiverem no momento pré e pós-eleitoral, pelo salto no escuro (fé às avessas) da confusão entre neoliberalismo por via autocrática e "social democracia" pragmática (pois deveria ficar claro que são dois "bicudos" que não se beijam, senão na fantasia política colidida brasileira).

Democracia é respeito a procedimentos democráticos

Os sinais de saída desta situação, naturalmente, não passam preferencial nem muito menos obrigatoriamente pelos protestantes. Como atores específicos (às vezes até demais) eles precisam agora inserir-se no movimento mais amplo, que os transcende de muito, de resistência social à desfiguração da democracia por parte de uma concepção messiânico-despótica de política moderna. Tais sinais estão presentes nas discussões entre empresários e trabalhadores realizadas nas últimas semanas, à margem da obsessão presidencial em afirmar estar onde sempre esteve e estará (o que é tudo, menos disposição democrática de negociar). Também estiveram presentes no recado do eleitorado aos parlamentares eleitos de que precisam provar que estão prontos a assumir o desafio parlamentarista. E, no caso dos protestantes, com o conservadorismo da bancada que assumirá no ano que vem, este recado é ainda mais eloquente. Não se faz democracia somente com princípios inegociáveis. Democracia é respeito a procedimentos, naturalmente, democráticos. ●

Joãoildo Burity é membro da Igreja Presbiteriana Unida em Recife, e Mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Pernambuco.

Os Evangélicos e as eleições de 1990

Paul Freston

Quadro 1: Agosto de 1990, Campinas-SP. Os "outdoors" anunciando um "Musical Evangélico" normalmente não me interessariam. Mas como estamos em época de eleições, quando nada acontece por acaso, minha curiosidade é despertada. Prossegro a leitura e encontro o de que desconfiava: "Apoio: Luna Federal e Almino Governador".

Na data indicada, o ginásio está lotado com fiéis da Assembleia de Deus. Quando chego, o candidato a governador começa a falar. Um discurso típico de político não evangélico à caça do voto evangélico: apresenta-se como homem religioso, enaltece o trabalho dos crentes, e tropeça no jargão evangélico. Mas não importa, pois ao seu lado está um velho pastor que acompanha o discurso do candidato com gestos dramáticos, convocando os fiéis a pontuar a fala do candidato com "aleluias" e "améns". Depois, o candidato sai pelo meio da multidão, o velho pastor faz uma breve pregação, e o conjunto começa a cantar. Ritmo vibrante, som altíssimo, os jovens balançando o corpo. O que é isso? É um "showmício" pentecostal. Um fenômeno que parece ser encarado já com naturalidade e que, no entanto, era impensável no Brasil até há pouco tempo.

Quadro 2: Abril de 1990, Porto Rico. O presidente licenciado do Conselho Nacional Evangélico do Peru, Carlos García, está viajando pelo exterior. É verdade que ontem houve eleições no seu país, mas ele não via nelas nenhuma razão para adiar a sua viagem. De repente, lendo um jornal portorriquenho, descobre que a chapa na qual ele é candidato a segundo vice-presidente da República acaba de passar para o segundo turno! Além disso, nada menos que quatro senadores e quinze deputados evangélicos se elegeram num país onde, em todas as legislaturas anteriores, a representação evangélica não passava de um parlamentar.

cente publicação católica inicia uma reportagem intitulada "Mais Poder aos Protestantes", perguntando: "Os evangélicos vão tomar o poder no continente católico? A julgar pela situação na maior parte dos países latino-americanos, isso não parece difícil" (1). A previsão é de que na década de 1990 os protestantes se tornem maioria dos cristãos praticantes da América Latina e possivelmente, em alguns países, maioria absoluta da população. Se o século XIX viu a quebra do monopólio religioso católico, a atual virada do século poderá ver a perda da hegemonia religiosa católica.

O caso brasileiro é o primeiro exemplo do mundo (seguido de perto pelo Peru e, a alguma distância, pela Guatemala e Colômbia) de uma presença eleitoral e parlamentar significativa por parte de uma minoria protestante num país de tradição católica. É neste contexto, muito mais do que no da costumeira comparação com a Nova Direita Cristã nos Estados Unidos, que importa situar o fenômeno. Dentro do denominador comum de uma minoria protestante em rápido crescimento, cada país apresentará fatores: o grau de desintegração social do País (muito maior no Peru do que no Brasil); o fator étnico (quando o pentecostalismo se alia com um grupo étnico oprimido, como os quechuas e os mayas, adquire outras feições de combatividade); o tipo de catolicismo com que se defronta (o que ajuda a definir as opções políticas disponíveis para a ala anticatólica do protestantismo); e a experiência de unidade evangélica (muito maior no caso peruano do que no brasileiro, abrindo outras possibilidades de uma assessoria política especializada).

Não basta, portanto, analisar a questão somente do ângulo político; é um fenômeno que se origina no campo religioso e tem reflexos no próprio campo religioso. Faz parte de um contexto de acirramento da

(continua na página 8)

Estes dois quadros nos ajudam a colocar os resultados das eleições nacionais de 3 de outubro, de um lado, numa perspectiva histórica como um processo que, embora recente, já venceu várias etapas, e por outro lado, numa perspectiva comparativa como um fenômeno que, mesmo com um significativo pioneirismo brasileiro, possui dimensões continentais e faz parte de um dos mais importantes câmbios históricos nesta virada do século XXI.

Primeiro, a perspectiva comparativa. A nova presença evangélica na política brasileira faz parte de uma maciça transformação cultural que está modificando o mapa religioso da América Latina. Essa é uma simples constatação sociológica, diante da qual é possível exultar-se ou lastimar-se (ou, com mais sensatez, adotar uma reação intermediária), mas o que devemos evitar é a tendência de emitir juízos teológicos como se tudo se estivesse passando num vazio sociológico. Uma re-

concorrência religiosa no Brasil. Nesse sentido, importa ler sociologicamente as reações da imprensa secular e religiosa diante do discurso crítico. Parte da razão pela polémica em torno dos pentecostais é que estão "invadindo" uma esfera antes reservada às "igrejas". Urge superar essa visão por demais ligada ao "centro" religioso, e compreender as categorias com que os próprios líderes pentecostais tentam dar sentido às suas ações. Digo isso, não no sentido de dar a nossa aprovação política à vertente evangélica majoritária; mas para que a nossa crítica, cujo fundamento principal deve ser teológico, tenha uma adequada compreensão sociológica, e seja capaz de provocar ressonâncias entre uma percentagem significativa da comunidade protestante do País.

Em segundo lugar, a perspectiva histórica, ou seja, uma análise dos resultados eleitorais de 3 de outubro à luz da curta história da nova presença política evangélica. Essa presença data de 1986 e se caracteriza não só por um salto quantitativo (número de deputados eleitos) mas também por uma mudança qualitativa (novas igrejas representadas, mormente as pentecostais, novos tipos de "políticos evangélicos" e novas estratégias de ação parlamentar). Essas estratégias foram dar no "escândalo da bancada evangélica" em 1988. As denúncias da im-

pressão nacional tornaram-se o equivalente brasileiro do escândalo dos pregadores eletrônicos nos Estados Unidos. Aliás, a comparação é bastante apropriada: lá, o escândalo ocorreu na esfera da iniciativa privada (os impérios televisivos); no Brasil, com a fraqueza da esfera privada, seguiu a tradição de canalização de recursos públicos. Em ambos os casos, a esfera mais rentável foi o palco onde se revelou a debilidade do ensino ético na comunidade evangélica.

Nas eleições de 1990, estavam sendo pesados na balança não só a famosa "bancada evangélica", mas também o acúmulo de experiências dentro da comunidade protestante nas eleições municipais de 1988 e presidenciais de 1989. Fazem parte de um processo no qual as percepções de líderes e de fiéis comuns estão em constante processo de revisão. Nesse processo, entram em jogo não apenas os "retornos" das estratégias tentadas, mas também as tendências políticas no País como um todo, uma vez que ninguém vive totalmente num mundo circunscrito pela sua igreja.

Nesse sentido, um bom lugar para começar é a percentagem de reeleição dos antigos constituintes evangélicos em comparação com a generalidade dos deputados. (Gráficos 1, 2 e 3).

Gráfico 1

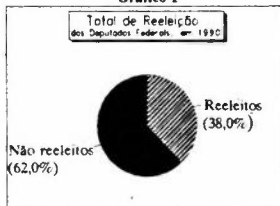
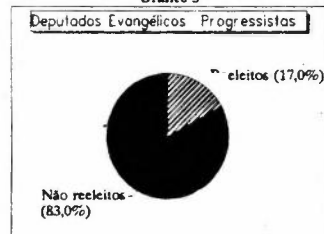


Gráfico 2



Gráfico 3



A pesar do "escândalo", quem mais teve dificuldades para se eleger foram os "progressistas" que a imprensa dissociou das práticas fisiológicas. A vertente majoritária se reelegera numa proporção acima da de seus pares não evangélicos. Como interpretar isso?

É necessário evitar simplismos. A eleição de 1990 não foi um simples plebiscito sobre os "escândalos" dos constituintes protestantes. Para muitos eleitores evangélicos, o que estava julgando era a "rentabilidade" dos deputados antigos, em termos de expectativas que eles tinham a seu respeito. Essas expectativas não foram necessariamente abaladas (nem atendidas) pelos "escândalos". Devemos reconhecer que sabemos muito pouco sobre as motivações do voto evangélico, certamente não o suficiente para dizer que, entre 1986 e 1990, critérios diferentes de voto penetraram a consciência de uma fatia grande do elei-

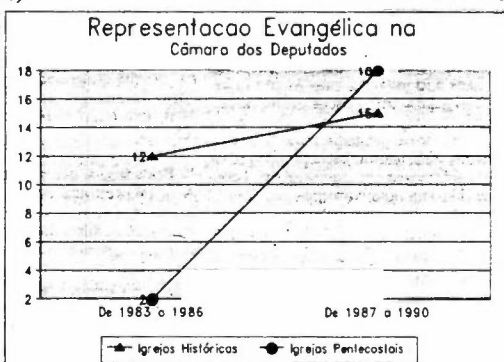
torado pentecostal. Da mesma forma, precisamos saber mais sobre as avaliações feitas pelas lideranças pentecostais em 1990, com respeito à atuação dos constituintes. Não me refiro a seu repúdio ou não dos "escândalos", mas à sua avaliação dos "retornos" do projeto corporativista iniciado em 1986.

Quanto evangélicos terá o novo Congresso? Aqui, é necessário ter cautela. Quando a Constituinte tomou posse em 1987 e a imprensa percebeu a nova presença evangélica, houve estimativas muito discrepantes do tamanho da "bancada". Da mesma forma, provavelmente só teremos as dimensões exatas da nova "bancada" após a chegada de todos os congressistas a Brasília. Por enquanto, tenho notícia de vinte, sendo um deles (Levy Dias) um senador, e incluindo uma deputada que ficou em primeira suplência mas que já vai ocupar uma vaga. (É ex-constituinte; se for incluída entre

os reeleitos "conservadores", a percentagem destes já sobe para 46%). Um total de vinte evangélicos é evidente refluxo com relação aos 33 da Constituinte; mas ainda é a segunda maior representação na história, superando os quatorze eleitos em 1982.

A composição dessa nova "bancada", em termos eclesiológicos, confirma a tendência de 1986 (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4



| Igrejas | Históricas | Pentecostais | Total |
|--------------|------------|--------------|-------|
| % de aumento | 25% | 800% | 135% |

Gráfico 5

Nas eleições de 1986 os pentecostais, de uma só vez, saltaram da insignificância e superaram os históricos. Nas eleições de 1990, aumentaram a sua vantagem. Embora eu não possua informações sobre a filiação eclesiológica de dois dos novos deputados evangélicos, a distribuição dos outros 18 é: 12 pentecostais e 6 históricos. Sem dúvida, a diminuição abrupta de representantes históricos se deve a vários fatores, mas um deles é que os votos pentecostais, na medida em que estes são direcionados pela religião, vão cada vez mais para candidatos pentecostais.

Permanece a predominância dos batistas no meio histórico e da Assembleia de Deus no meio pentecostal. Neste último, porém, há uma mudança significativa: a entrada em peso na vida parlamentar da Universal do Reino de Deus. Contrariando a visão de alguns pesquisadores, de que estaria formando uma clientela mais do que uma comunidade, a Universal elegeu dois deputados federais e dois estaduais no Rio de Janeiro, e um federal em São Paulo. Ainda é cedo para avaliar essa nova presença, mas tudo indica que, embora o modelo de engajamento em função de um projeto corporativista possa ter esbarrado em resistências nas igrejas pentecostais mais antigas (daí a provável diminuição da representação parlamentar assembleiana, sem que isso signifique o abandono do modelo), a própria fissiparidade extrema do pentecostalismo faz com que haja sempre novos grupos dispostos a enveredar pelo mesmo caminho. Qualquer previsão a respeito de tendências de médio prazo será, portanto, arriscada.

Permanecem quase inalteradas as proporções de cada região dentro da "bancada evangélica", com exceção de uma sensível queda por parte do Nordeste. A mudança mais importante é nas proporções relativas dos "conservadores" e "progressistas". Se 6 (18%) dos 33 constituintes podiam ser chamados de "esquerda" ou de "centro-esquerda", uma proporção não tão discrepante com a composição geral da Constituinte, agora tudo indica que haverá apenas uma deputada evangélica de esquerda. Apenas 5%, portanto, de uma eventual "bancada" de vinte. A força do Movimento Evangélico Pró-Lula em 1989, bem como de boa parte do Movimento Evangélico Pró-Brizola, demonstram que o segmento "progressista" da comunidade evangélica, embora francamente minoritário, ultrapassa em muito essa cifra. A diferença é que, enquanto um "conservador" pode se eleger exclusivamente com votos de evangélicos do seu estado, e mesmo não é possível para

um "progressista". Este precisará de um complemento advindo de um segmento da população que se aglutine eleitoralmente em torno de outro critério que não o religioso (por exemplo, um critério classista ou geográfico), ou então de uma votação dispersa atribuída a um nome conhecido. Mas são poucos os evangélicos que consigam reunir uma ampla votação dessa natureza e uma presença suficientemente densa no meio evangélico transdenominacional (pois uma só denominação dificilmente bastará para esse fim).

A dizimação da representação parlamentar dos evangélicos "progressistas" deve provocar uma reflexão. Uma reação possível é de dizer que o critério religioso não importa e que se consideram representados por não-evangélicos que defendam "os valores do Reino". Essa posição encontra forte respaldo teológico na tradição protestante, desde os reformadores, principalmente naquelas correntes que frisam a doutrina da graça comum (o não-cristão é capaz de apreciar e promover uma relativa justiça e de descobrir verdades a respeito do funcionamento da sociedade). É nessa base que o cristão pode recomendar a ética bíblico-política para o consumo geral, com a esperança de que a sabedoria de algumas de suas posições seja reconhecida muito além das fronteiras da comunidade de fé. Afinal, este continua sendo o mundo de Deus, e os padrões divinos para a vida humana não são arbitrários.

Mesmo assim, esse posicionamento é incompleto, pois deixa de lado qualquer critério eclesiológico. Na prática, ninguém diz que o papel dos cristãos é de apenas recomendar "os valores do Reino", deixando que estes sejam implementados pelos não cristãos. Sempre se acrescenta que o cristão deve se inserir nos vários meios sociais, encarnando em sua própria vida estes valores. Não é lógico, pois, que descaíam para uma indiferença com respeito à vida da Igreja para um conjunto. Quando isso acontece, envereda-se por um beco sem saída. Os cristãos em geral deixam de se aproveitar dessa iniciativa reformadora, e a próxima geração padecerá da mesma realidade eclesiológica que nós deploramos. Embora os "valores do Reino", devido à influência da graça comum, encontrem eco fora da comunidade cristã, não deixam de ser "valores do Reino", ou seja, não são plenamente redutíveis a valores oriundos de outras fontes, e devem ser vividos pela comunidade do Reino. Por isso, as tarefas de reforma da igreja e de transformação da sociedade devem estar sempre associadas.

Dentro desse marco, considero que o desafio dos evangélicos "progressistas" é duplo: inserir-se nas mais variadas instâncias sociais, e ao mesmo tempo adquirir uma densidade e autoridade moral no meio evangélico capaz de contribuir para a formação ético-social de amplos segmentos desse meio. Enfim, de ser responsáveis por esta geração cristã, para que as futuras sejam diferentes. ●

Paul Freston é assessor da Aliança Bíblica Universitária (ABU), membro da Igreja Presbiteriana do Brasil - Campinas - e Mestre em Sociologia.

(1) Metalli, Alver, "Mais Poder aos Protestantes". 30 Dias, 9, outubro de 1990, p. 48-55.

Entrevista com o Pastor Caio Fábio de Araújo Filho

Em 1989, aconteceu em Manila, nas Filipinas, o Congresso Lausanne II que reuniu grandes expressões do movimento evangélico internacional. Entre as delegações presentes, esteve a da União Soviética, com 60 pessoas. A impressão que este grupo teve do evento foi tamanha que resultou na realização de um evento da mesma natureza na União Soviética, sob promoção, produção e coordenação das igrejas evangélicas nativas.

Além dos quase mil pastores soviéticos, vindos de todas as repúblicas, estiveram também 150 observadores internacionais para cobrir jornalisticamente o evento, e participar de seminários alternativos durante a programação. O pastor Caio Fábio D'Araújo Filho foi um deles. De acordo com sua avaliação, o que mais marcou foram as expressões de fé extremamente simples da comunidade evangélica local. "Foi uma viagem à primitividade da fé - não primitivismo porque isso significaria uma caracterização pejorativa - que a meu ver falta em nós, essa singeleza imensa para com Deus e com o próximo", destacou ele.

Para o presidente da Visão Nacional de Evangelização (VINDE), o futuro religioso da União Soviética passa necessariamente pelo crescimento da Igreja Evangélica lá, desde que ela se ajuste à realidade atual daquele país. Quanto à Igreja Ortodoxa, ele acredita que tem ação limitada, restringindo-se a um papel de interlocução entre a Igreja e o Estado. Entre os preparativos para o Natal, o pastor deu esta entrevista ao jornal CONTEXTO PASTORAL.



Caio Fábio de Araújo Filho, presidente da Visão Nacional de Evangelização

P - Qual o papel da Igreja Ortodoxa na URSS?

R - As igrejas ortodoxas continuam a ser o principal interlocutor entre a religião e o governo. Neste sentido, elas são fundamentais. Não creio, entretanto, que a história da evangelização, do crescimento na União Soviética passe pela Igreja Ortodoxa, apesar de que, por muito tempo ainda, ela vai ter um papel importante em termos de interlocução. Por exemplo tudo aquilo relacionado à oficialização da liberdade religiosa, ensino religioso no país, apesar da participação de sinagogas, rabinos e de evangélicos, inevitavelmente esteve definida a preponderância do papel da Igreja Ortodoxa. E é graças a essa predominância e a essa capacidade de dialogar politicamente que as conquistas têm ocorrido de maneira mais rápida. Esta não é uma percepção somente minha como observador internacional; em conversas com pessoas bastante enfiadas na teia religiosa daquele país, tive a mesma sensação.

P - O sr. poderia estabelecer uma relação entre as igrejas livres da União Soviética e o evangelicalismo norte-americano?

R - Existem algumas similaridades que não poderia dizer que foram de alguma maneira produzidas pelo evangelicalismo norte-americano. Isso porque o contato era muito pequeno ou quase nenhum. O que se observa de similar entre esses grupos tem a ver basicamente com o fato de que assim como o evangelicalismo norte-americano desenvolveu as chamadas igrejas livres, que faziam parte de uma fraternidade de igrejas, na União Soviética, por questões conjunturais, o mesmo aconteceu. Nos Estados Unidos, foi resultado de insatisfação política, cansaço das igrejas históricas e outros movimentos. Na União Soviética foi um fenômeno meramente conjuntural, e a meu ver não estão relacionados um com o outro. Mas as semelhanças são perceptíveis. Existe na União Soviética um fenômeno muito interessante que não está presente nos Estados Unidos - a eclesiologia da irmandade. No país soviético, por exemplo, o pastor é um irmão, assim chamado na maioria das vezes, e que tem uma certa preponderância ministerial, dons mais óbvios, maior intensidade existencial, e que por isso naturalmente assume um papel de liderança na comunidade. Essa eclesiologia é muito mais uma irmandade do que uma estrutura.

Outro fenômeno soviético é o do carismatismo pentecostalizado, isto é, os crentes são profundamente carismáticos mas pouco pentecostais, no sentido desse pentecostalismo ocidental, ideológico, carregado de uma série de precompreensões políticas, fato que é presente no pentecostalismo americano. Lá o carismatismo está subjacente em tudo: acreditar em milagres, curas, resposta dramática de oração, tudo isso é muito natural, e os crentes não conseguem conceber a fé cristã sem isso.

P - Depois de várias mudanças na Europa Oriental, como a queda do Muro de Berlim, da unificação das duas nações

além, como fica a questão do socialismo no contexto do Terceiro Mundo, principalmente a partir do momento em que se percebe, na Igreja, a existência de grupos com opções partidárias definidas, dentro de uma linha progressista?

R - Se o progressismo evangélico brasileiro pretende ser dramática, radical e essencialmente relacionado ao marxismo clássico, eu diria que esse progressismo não tem futuro. Parece-me que o marxismo, como instrumento de compreensão da História, não vai ser abandonado mas está sendo profundamente revisado. O espírito marxista de leitura da história vai estar presente em muitas das sociais democráticas e em outros projetos políticos que vão nascer daqui para a frente. No entanto, vai ser mais um espírito marxista do que o marxismo propriamente dito. Por isso, se o progressismo brasileiro se atrela ao marxismo sem revisão, está num beco sem saída; se apóia elementos de uma leitura marxista e se abre aos processos de revisão histórica que está sendo feita, acho que esse movimento é fundamental e importantíssimo no que diz respeito a manter a consciência crítica da Igreja. Porque o meu medo é o seguinte: declarou-se a morte e o fim do comunismo - e eu não tenho dúvida de que o comunismo clássico morreu; declarou-se a morte do marxismo - e não tenho dúvida de que o marxismo clássico não está morto, mas convalescente e há que se aproveitar dele as energias restantes. O meu temor com a afirmação da morte dessas coisas todas é de que se esteja inconscientemente fazendo uma afirmação do capitalismo. Eu diria que, ironicamente, foi o marxismo que salvou o capitalismo, porque foi a consciência crítica do marxismo que humanizou o inumanizável até então - o capitalismo norte-americano -, e foi o que humanizou o capitalismo europeu, fazendo surgir certas opções políticas que eram meio híbridizadas, e que mantinham certas leis de mercado capitalistas com leis socialistas formando esse híbrido, que prevaleceu. E isso só ocorreu por causa da consciência crítica. Por isso, o meu medo é o de que com a morte do comunismo morram as vozes críticas, e afirme-se o capitalismo, fazendo-o sentir-se à vontade. E a pior coisa que pode acontecer à sociedade é o capitalismo estar à vontade.

P - Então não é o fim, mas a revisão do socialismo...

R - ...É uma revisão histórica de um processo histórico. Porque a ironia disso tudo é que o capitalismo sempre foi acusado de ser uma ideologia pragmática de estúpidos que não faziam revisão de vida. A História mostrou que o capitalismo esteve mais aberto a fazer novas adaptações do que o socialismo, que teoricamente era uma doutrina de evolução sociopolítica, e como tal tinha que ser aberta. E historicamente foi uma doutrina sistêmica, fechada. Justamente por isso implodiu. Por isso, se o socialismo, enquanto memória histórica de algo que teve uma importância histórica tremenda e que tem ainda valores importantes, quiser ainda continuar vivo e trazer

(continua na página 10)

uma contribuição à humanidade, ele precisa passar por uma revisão crítica. Não necessariamente tem que desistir de todos os sonhos, mas tem que adaptá-los às condições reais da história humana. Se isso for feito, a tensão dialética vai continuar — e o processo histórico precisa dessa tensão —, dela resultando sínteses surpreendentes. A História precisa dessa conflitividade para gerar sínteses, que vão criar novas conflitividades, novas sínteses.

P - Qual o futuro da União Soviética?

R - A União Soviética vive um momento em que é difícil prever alguma coisa para o futuro. Poderia apenas afirmar algumas tendências que observo. Em primeiro lugar, o país vive um momento perigosíssimo, no sentido de que o pessimismo, o cansaço existencial, a desesperança, a melancolia com que as pessoas estão olhando para o futuro são bastante grandes. Os especialistas dizem que as três próximas gerações vão ter que ser sacrificadas pelo bem do futuro daquela nação. Tal realidade gera uma melancolia muito forte, e impede até mesmo que elas celebrem as conquistas dos últimos cinco anos. Este quadro cria situação ideal para o surgimento de qualquer "neo". Isso se parece muito com a Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial... Sinto que a similaridade é tão grande que não podemos afa-

tar o risco de que haja uma mudança radical em alguma direção totalizante, fanatizante, que venha a ser dramaticamente prejudicial para o futuro do país.

A outra tendência é a de que as pessoas adotem a psicologia do vencido. Conversando com os soviéticos, percebe-se que o povo adotou essa psicologia, ou seja, "os Estados Unidos nos derrotaram"; "o capitalismo é melhor do que tudo o que a gente teve"; "a sociedade deles é melhor do que a nossa"; "eles têm tudo o que a gente não tem"; "eles são a superpotência"; etc. E essa psicologia é extremamente ambígua. Das duas, uma: ou produz um sentimento de reação para reverter o processo, ou a atitude de compra do projeto do outro, e assume criticamente a coisa toda. Não estou dizendo que tudo o que há nos Estados Unidos e na Europa para ser assimilado seja necessariamente trágico. Por isso, acho que deveria haver um senso crítico para tentar assimilar aquilo de útil que pudesse haver, mas sem essa psicologia do rendido que "compra" o pacote todo.

O futuro religioso pode ser profundamente marcado pela presença evangélica, ainda mais do que pela presença da Igreja Ortodoxa. Isso porque os ortodoxos são uma comunidade cultural, ritual, pouco agressiva no que diz respeito aos projetos evangelizadores para fora do círculo reli-

gioso em si. Já os evangélicos na União Soviética vivem a obsessão evangelizadora, estão interessadíssimos em crescer e afetar o país. Resta saber que tipo de impacto eles vão ter lá. Espero que a Igreja se adapte para compreender o momento histórico do país, já que ela hoje está inadequada, ou seja, é pouco educada (os irmãos tiveram pouco acesso à educação formal, e essa dificuldade aumentava quando se confessavam religiosos). E aí haveria o risco de se repetir o que aconteceu aqui, de reproduzir o padrão inadequado de Igreja na sociedade, com consequências trágicas: a Igreja cresce muito e vai afetar negativamente o país, como é o caso da Igreja Evangélica hoje. Por isso, se a Igreja Evangélica soviética se adequar à realidade nova do país, creio que ela pode ter um impacto significativo. É não tenho dúvida em afirmar que o futuro religioso da União Soviética passa necessariamente pelo crescimento da Igreja Evangélica.

P - Poderia falar sobre a teoria do Armagedon, e também refletir sobre a relação que isso tem com as grandes mudanças que tem havido no mundo, especialmente na Europa do Leste?

R - Tenho muito medo de falar sobre esse tipo de assunto. Tenho apenas 36 anos e há 18 anos que me converti. E nesse

período já vi teorias a esse respeito definirem como malogros inomináveis. Quando me converti, o mundo estava passando por mudanças muito fortes no Oriente Médio, conflitos em Israel, formação do Mercado Comum Europeu, etc. Livros foram escritos, profecias bíblicas foram ressuscitadas para justificar esses eventos... E o mundo mudou de novo e essas afirmações caíram por terra. A mesma coisa aconteceu com a intensificação da Guerra Fria, onde tanto foi dito.

Sou um indivíduo que diante dessas questões escatológicas vivo apenas a minha perplexidade diante de Deus. Para mim, a grande expressão escatológica do Evangelho está em Mateus (24.14), que diz: "Será este Evangelho do Reino pregado a todas as nações, e então virá o fim".

O meu compromisso, portanto, é com a pregação do Reino de Deus, e ela é o sinal escatológico dos sinais escatológicos. Não tenho essa expectativa escatológica que fica exacerbando o papel de Israel na história, ou que fique fazendo ressurreição de profecias bíblicas para justificar os últimos acontecimentos internacionais. Obviamente, não deixo de fazer uma leitura com espírito de "santa" suspeição, mas sem nenhum pragmatismo, com horror de toda forma de dispensacionalismo escatológico. ●

Bíblia



Por uma nova forma de ser

Cláudio de Oliveira Ribeiro

Este é um pequeno estudo a partir do capítulo sete dos Atos dos Apóstolos. O primeiro comentário é sobre a comunidade que está por trás do texto, seu projeto, seus conflitos. Com ela, Estêvão, o protagonista. Na parte final - e conclusiva - está uma tentativa de atualização do "Discurso de Estêvão". É uma reflexão. Ao escrever estas palavras, relembro os sete anos como pastor na Baixada Fluminense (RJ). Faço isto para dar-lhes um sabor, uma cor, um sentido especial.

A comunidade

Para entender a comunidade primitiva dos cristãos é preciso ter claro alguns de seus conflitos internos, ou seja, os conflitos judaicos.

Estes conflitos remontam ao fim do cativo de Babilônia, quando surgem dois grupos de judeus: um grupo que volta à

Palestina, com permissão de Ciro - pobres que trabalhavam como escravos nas colônias; e outro, que permaneceu na Babilônia - ricos que não lavram a terra pois estão no comércio e no palácio.

A trajetória destes grupos merece atenção e reflexão se a intenção é uma leitura bíblico-teológica dentro de uma perspectiva dialética. Pois aí residem contradições profundas de grandes repercussões no fazer teológico nos dias de hoje.

Para o grupo que permanece na Babilônia - ocupado basicamente com o comércio e as questões do Palácio - a terra deixa de ser questão teológica. O eixo da crença se desloca: Javé dos Céus. Como a terra era centro da produção e reprodução da vida material, também a política deixa de ser questão teológica. Cria-se a dualidade: crença em Javé e obediência aos reis e príncipes.

O grupo pobre, que volta à Palestina, guarda a tradição profética do fazer-justiça. Tenta criar uma vivência fraterna e igualitária e não tem interesse pelo Templo - questão que, só mais tarde com Azeu e Zacarias, vai ser recolocada. Não falam mais o hebraico e sim uma língua popular, misturada: o aramaico.

Por outro lado, o grupo rico transfere para Javé a justiça, restando para o povo cumprir a Lei. A tônica deste grupo é ser justo/cumprir a lei/teologia da retribuição. Esta teologia (da sinagoga) é trazida aos judeus por Esdras e Neemias. Na sinagoga (de origem babilônica) o sacrifício é substituído pela palavra. A figura importante não é mais o sacerdote e sim o escriba. E também não há mais profetas, pois o profetismo é substituído pelo ato de ensinar. A redação final do Pentateuco é feita por este grupo.

O povo da "terra" produz, além de toda a obra deuteronomista, escritos como Jô, Rute, Jonas, como rejeição da proposta moralista/individualista, já reconhecida como teologia majoritária. É a oposição a um sistema religioso usado como dominação.

Estes conflitos vão estar presentes na comunidade, levando em conta que o modelo que por ela é retomado é o tribal, modelo coerente com o seguimento de Jesus. O grupo primitivo é testemunha da ressurreição (sinal da força de Javé que se manifesta a favor daquele que foi tido como blasfemador e subversivo) e não se apresenta como outro grupo, mas como *eclesia*, assembleia; hebreus organizados em uma nova maneira. É um novo projeto político (assembleia), econômico (partilha) e religioso (sem Templo). É da fidelidade a este projeto que surgem os conflitos.

Estêvão

Estêvão é um homem desta comunidade. Comprometido com seu projeto e inserido em seus conflitos.

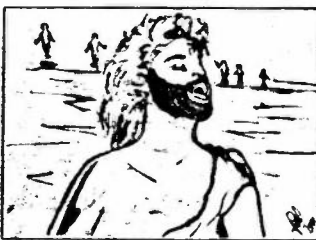
O capítulo seis de Atos dos Apóstolos explicita um dos maiores conflitos com a Sinagoga. Em sua legislação, os prosélitos não podiam exercer nenhum tipo de função. A resolução da assembleia é revolucionária: os gregos, prejudicados na partilha, ficam com a tarefa da distribuição das mesas.

Assim, Estêvão e os demais diáconos que possuem a prática da partilha adquirem status teológico da pregação da palavra - até então exclusividade dos judeus.

Esta transformação na vida assemblear é fruto da fidelidade ao projeto/prática da partilha. Esta transformação representa os anseios do grupo que procurava resgatar a tradição profética e tribal. Estêvão, pessoa de destaque neste grupo, situa-se em continuidade com os "pobres da terra". Sua ideologia está a serviço da retomada da libertação como eixo teológico.

Também, nesta perspectiva de continuidade do grupo dos pobres na comunidade dos cristãos, está o seu questionamento ao Templo, um sistema de riqueza-poder-dominação. Estêvão combate o Templo - acarreta conflitos com a Sinagoga e com o Sinédrio. O conflito com o Sinédrio tem em sua raiz a questão da legitimidade: a palavra do Sinédrio não é a Palavra de Deus. Há de se considerar também que o Sinédrio era composto de dois terços de saduceus, os quais concentravam a posse da terra.

A morte de Estêvão também tem grande significado histórico e teológico. Estêvão é morto como impuro, apedrejado. O apedrejamento era a demonstração de que num impuro, nem as mãos se colocavam; matou-o com pedras, à distância. Uma força de morte (teologia da pureza) que Estêvão tanto questionou o submeteu fisicamente.



Uma tentativa de atualização no discurso de Estêvão

Todos estes pontos levantados acerca de Atos sete têm profundos paralelos com a realidade social e eclesial dos dias de hoje, naturalmente, se a leitura da realidade e da Bíblia forem feitas criticamente.

Em primeiro lugar, é preciso registrar que nosso exercício teológico pode ter o mesmo procedimento metodológico da comunidade que produziu Atos sete. Nossas afirmações referentes aos fatos de hoje são "re-leituras" teológicas da tradição judaico-cristã. A leitura da Bíblia tem de ser tentativa de resposta às perguntas colocadas pela sociedade.

Se as questões para a comunidade primitiva dos cristãos tinham a ver com o Sinédrio, a Sinagoga, a Lei, para nós hoje, certamente têm a ver com a dívida externa do País, sistema econômico e de governo, leis e ideologias eclesiais, e toda a dinâmica da vida eclesial. Nosso exercício teológico, hoje, é transformar a esfera da vida das comunidades num projeto de libertação e nisto o discurso de Estêvão muito nos ajuda, tanto na forma como no conteúdo.

Outro aspecto importante é o esforço em explicitar a não neutralidade, como se apresenta também no discurso de Estêvão. Nossa teologia é e precisa ser um questionamento ao sistema de poder dominante. Nosso exercício pressupõe o Reino de Deus.

Aqui é preciso fazer uma ruptura neste comentário, por ser por demais pequeno. Haveria necessidade de se falar do poder dominante no plano estrutural, ou seja, a produção da vida material, as divisões sociais, a dominação econômica. O Templo questionado por Estêvão hoje tem suas versões seculares: a ostentação dos ban-

cos, o poder dos palácios. No entanto, vamos refletir sobre o ambiente religioso/eclesial quando suas estruturas se aliam ao poder de dominação. Este é um grande e novíssimo templo!

Nossa teologia também precisa ser um resgate dos elementos libertadores do processo histórico, incluindo a tradição bíblica, a tradição das igrejas e experiências do povo. Da tradição bíblica vamos ficar com a memória do mesmo eixo do discurso de Estêvão (lei da partilha, com ênfase no Êxodo), traduzido no projeto da comunidade dos cristãos expresso no Novo Testamento.

... A nova assembleia dos cristãos

Por trás do discurso de Estêvão foi dito que havia uma comunidade. E não somente isto, mas que havia conflito com os grupos que expressavam sua crença a partir de pressupostos ideológicos de dominação. Idealmente tal situação é assim nos dias de hoje. Uma pequena comunidade sustenta o mesmo projeto contido em Atos sete. O eixo de sua fé é o Deus na História, e o seu Reino, e esta pequena comunidade continua em conflito.

Há uma teologia que não é produzida mas assimilada

pelos pobres nas igrejas. Esta teologia é fruto da ideologia liberal-burguesa e pode ser caracterizada - sem receio algum de se estar forçando uma adequação - da mesma forma como foi identificada a comunidade rica que se tornou majoritária no contexto judaico. Hoje, a tônica ainda é ser justo/cumprir a lei/teologia da retribuição. Deus continua não sendo reconhecido na história, mas numa realidade alienada, a-histórica, no "céu".

O confronto se dá com os

ricos e com os que estão impregnados da mentalidade dos ricos. Aqui reside o questionamento à vivência religiosa moralista e individualista, sem referência alguma ao projeto dos cristãos fundamentado na prática de Jesus. Também o dualismo dos grupos conservadores, na sua visão da Igreja e do mundo, da fé e da política, da salvação e da perdição, também é questionado. Certamente, se ouvissem o discurso de Estêvão se indignariam nos seus corações, e rangeriam os dentes contra ele (v. 54).

... Estêvão da Silva

A comunidade que hoje sustenta um projeto como aquele que está na raiz de Atos sete também tem seus Estêvãos. Poderíamos dizer: Estêvão da Silva. Onde se encontra a sua legitimidade? Qual é o seu status teológico?

Parcela dos pregadores das igrejas não tem legitimidade para pregar a Palavra de Deus. Fazem por atributo burocrático ou, em casos extremos, por interesses próprios, aproveitando-se da fé dos mais simples. A legitimidade de Estêvão em Atos dos Apóstolos estava no seu comprometimento com o novo projeto do seguimento de Jesus; levando em conta todas as suas dimensões: política (vivência democrática), econômica (prática da partilha e solidariedade) e religiosa (repúdio ao sistema de dominação).

Hoje, grupos de cristãos, homens e mulheres, evangélicos e católicos, em diversos lugares, vêm adquirindo esta legitimidade. Na pregação da Palavra questionam as estruturas eclesiais que se aliam ao poder dominante, como Estêvão questionou o Templo: "Mas o Altíssimo não habita em moradas feitas por mão de homem" (v. 48).

O discurso de Estêvão (da Silva) dirige-se a grupos e homens como à quase totalidade dos deputados evangélicos que desonram a comunidade protestante no Congresso Nacional, com interesses espúrios e antipopulares. Também à parafernália diabólica da chamada Igreja Eletrônica a serviço da dominação, e a pessoas como o bispo Macedo e toda e qualquer liderança que faz da instituição o seu modo de dominar. "Como vocês são teimosos! Como são duros de coração e surdos para ouvir uma mensagem de Deus! Vocês são

como os seus antepassados: sempre têm rejeitado o Espírito Santo! Qual o profeta que os antepassados de vocês não perseguiram? Eles mataram os mensageiros de Deus que no passado anunciaram a vinda do Servo Santo. E agora vocês o traíram e o mataram..." (vs. 51 e 52).

Lamentavelmente, muitos entre nós, comunidade cristã, reforçam e reproduzem este quadro. São pastores e lideranças leigas sem um projeto de trabalho comprometido com o Evangelho, a favor da manutenção do *status quo*, e que além de perpetuar o individualismo burguês e sua armadura moralista e pietista, apostam na supremacia da instituição em detrimento da comunidade. ●

Claudio de Oliveira Ribeiro é pastor metodista na Baixada Fluminense, e integra a equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDEJ.



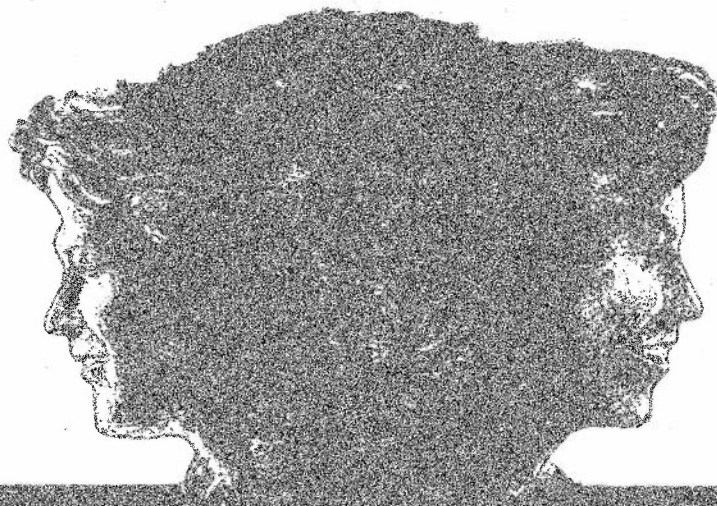
Mi(s)to da Criação

Rafael Soares de Oliveira

No princípio estava Deus e ele era vida.
E Deus trabalhou.
Fez a luz e a noite e o dia,
Criou as águas, o mar e as montanhas,
Por sobre os montes soprou o ar mais doce que
podia,
E tudo era lindo e nada era verde.
Criou então as matas, e as plantas de todo tipo
tiveram vida.
Explodiu o fogo, o calor, o gelo e o frio.
Senhor de toda aquela situação, ele viu tudo em
movimento e esplendor,
E descansou.
Naquele dia se sentiu só,
Pois que ele era a vida, mas não conhecia a vida.
Com as próprias mãos torneou então o homem,
Admirou e amou, e deu-lhe poder sobre todas as
coisas que
criara.
O homem gazou e sentiu a vida,
Trabalhou, descansou e brincou,
Mas sentiu-se só, afinal Deus não podia tocá-lo.
Pois que ele era a vida, mas não conhecia a vida.
A tristeza do amado comoveu o Criador, que criou
a mulher
então para o homem.
E ela teve vida.
E homem e mulher se amaram e conheceram a
vida.

De tanto amar, o ventre dela gerou vida,
O homem queria a vida, a carne macia do carinho
de sua
amada,
Deus se sentiu só.
Ao seu amado já não conhecia,
Pois que ele era a vida mas não conhecia a vida.
Sua ira abateu-se sobre todos: ele criou a morte,
Expulsou a todos de perto de si...
Se viu só...
E se arrependeu.
Procurou os seus e a mulher gerara o segundo filho.
Deus o amou como ao primeiro homem e o
encheu de agraços.
Sendo o primogênito, o outro invejou a paião
inabíl de Deus,
Pois que ele era a vida, mas não conhecia a vida.
E o ciúme imperou e o amado foi morto,
Se passaram nove mil milhões de meses e Deus
estava triste.
Seu lamento foi uma gestação,
Profundas noites intermináveis de choro pela
morte que criara,
Pois que ele era a vida mas não conhecia a vida.
Seu parto foi fazer-lhe homem para conhecer a
vida:
Amado, sofrendo, tendo prazeres e dores ele
conheceu a vida
Morreu com saudades da vida e a saudade não o
deixou ficar só.

Misturou-se com a
vida e fecundou
novamente em êxtase
todas as carnes,
Todas as cores, todas
as flores, tudo enfim.
E jamais
ele-homem-mulher
ficaram sós,
Pois que eles eram a
vida e conheciam a
vida.



Rafael Soares de Oliveira é
cientista político e integrante
equipe do Programa de
Amororria A Pastoral do CPD.